



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL  
DO ESTADO DA PARAÍBA**

**PERÍODO 2019-2021**

**(15<sup>a</sup> REVISÃO)**

Lei nº 9.496, de 11/09/97, Alterada pelas Leis Complementares Nº 148, de  
25/11/2014 e Nº 156, de 28/12/2016

Resolução do Senado Federal nº 08/97

Contrato nº 013/98-STN/COAFI, de 31 de março de 1998  
entre a União e o Estado da Paraíba

João Pessoa - PB, 31 de outubro de 2019

## **SEÇÃO I - APRESENTAÇÃO**

---

Este documento apresenta a 15<sup>a</sup> revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (Programa) do Estado da Paraíba (Estado), parte integrante do Contrato nº 013/98-STN/COAFI de confissão, assunção consolidação e refinanciamento de dívidas (Contrato), de 31 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e suas alterações e da Resolução do Senado Federal nº 08/97. O Programa dá cumprimento ao disposto no referido contrato e seus aditivos posteriores. A presente revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2019 e estimativas para os exercícios de 2020 e 2021.

Na seção 2 é apresentado o diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 3 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 4 são apresentados metas ou compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e na seção 5 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas ou compromissos.

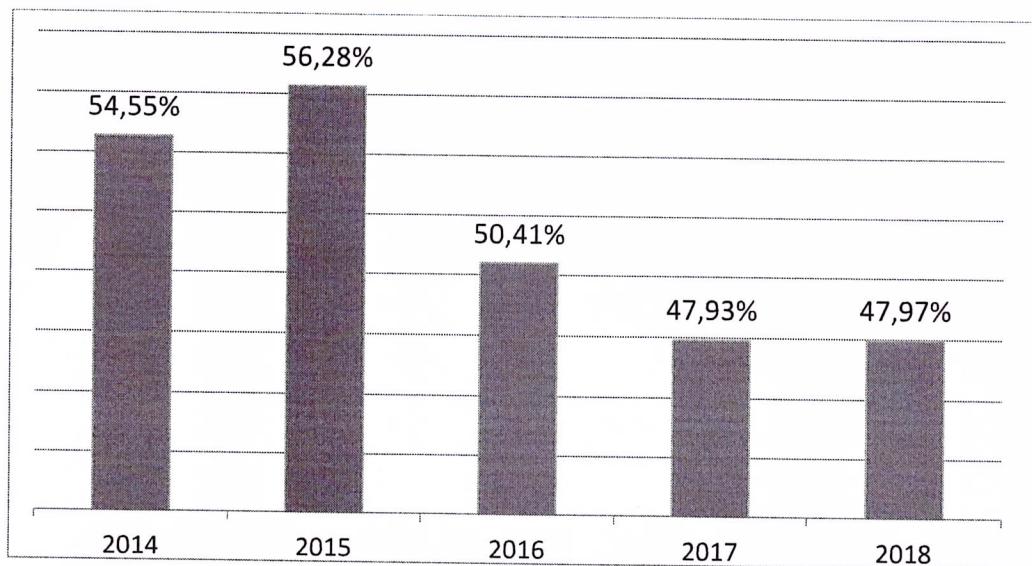
Compõem ainda o presente documento os seguintes anexos:

- Demonstrativo da Dívida Consolidada;
- Demonstrativo do Resultado Primário;
- Demonstrativo da Receita de Arrecadação Própria; e
- Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

## SEÇÃO II - SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

Nessa seção será analisada a evolução dos indicadores econômico-financeiros do Estado, segundo os critérios do Programa, de forma a avaliar sua situação fiscal. Para isto, utilizaremos gráficos apresentando a evolução da dívida consolidada, do resultado primário, da despesa com pessoal, da receita de arrecadação própria e de disponibilidade de caixa.

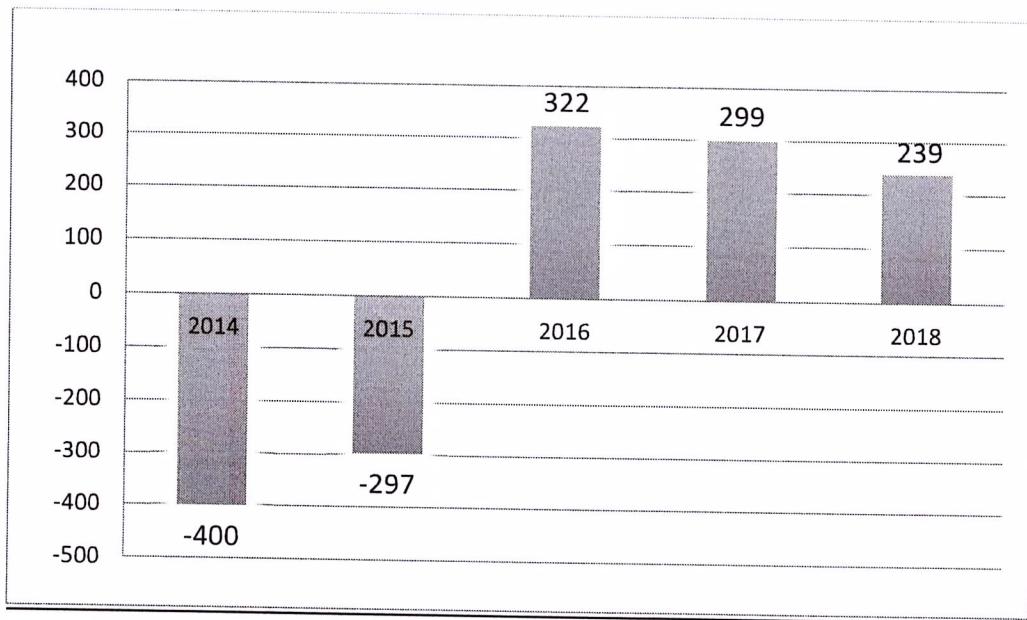
Gráfico 1 – Dívida Consolidada/ RCL



Fonte: Relatório de gestão Fiscal – RGF.

A evolução do Gráfico 1 indica que o Estado diminuiu o ritmo de contratações e de liberações de recursos de operações de crédito, com efeitos relevantes sobre o crescimento do endividamento. O patamar atual indica comprometimento da RCL de 47,97% em relação à dívida consolidada.

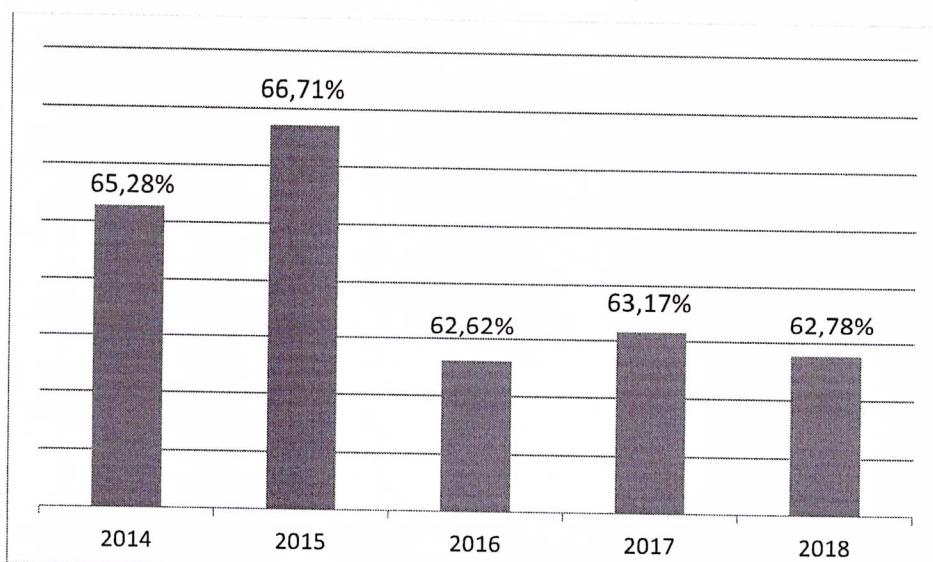
Gráfico 2 – Resultado Primário (valor em Milhões)



Fonte: Relatório Resumido do exercício Orçamentário – RREO.

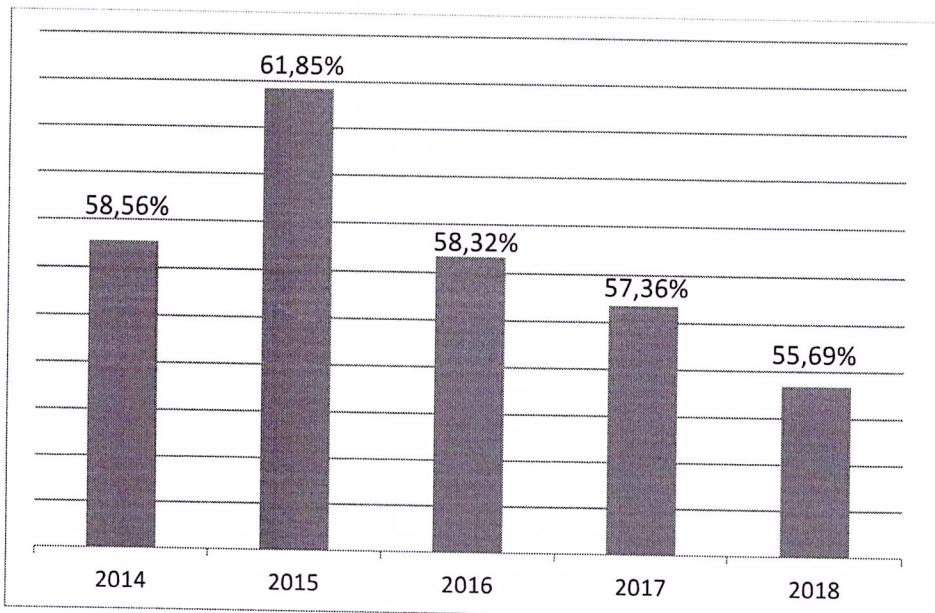
Da observação do Gráfico 2, pode-se concluir que há melhora da série de resultados primários gerados pelo Estado, tendo ocorrido notadamente a partir de 2015. Este fato decorreu da redução mais que proporcional das despesas primárias em relação às receitas primárias.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal/RCL



Fonte: Com base na metodologia do MDF.

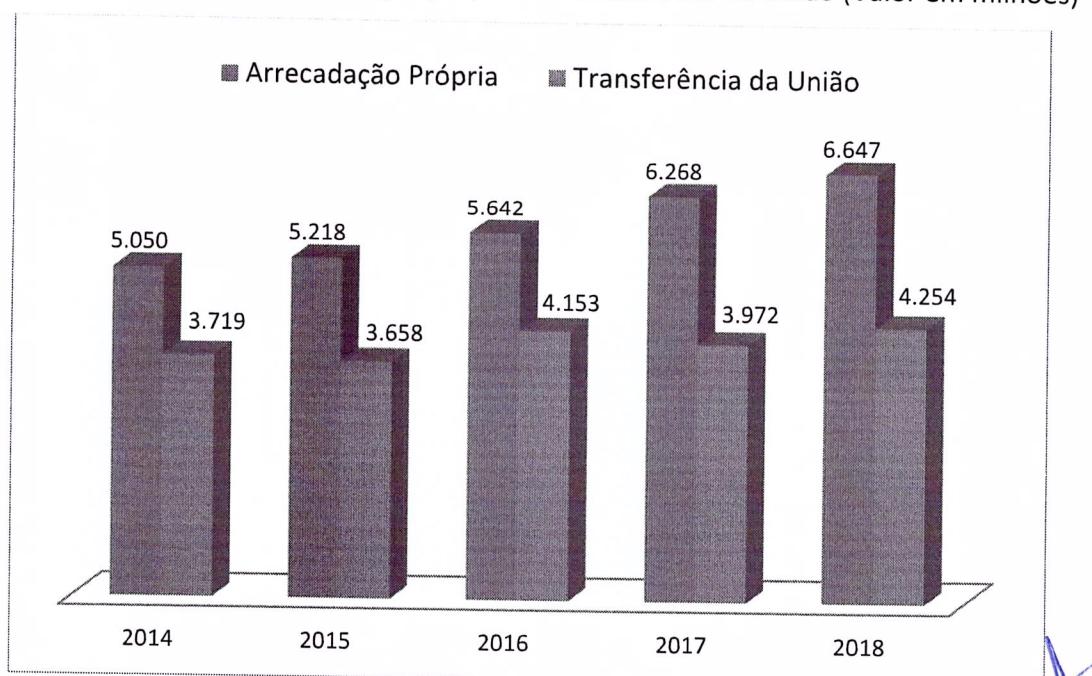
Gráfico 3.1 – Despesa com Pessoal/RCL (SICONFI)



Fonte: RGF e Certidão do Tribunal de Contas do Estado da PB e SICONFI.

No Gráfico 3, verifica-se que ocorreu crescimento da relação DP/RCL ao longo do período analisado. Considerando o caráter não compressivo desse tipo de despesa, seu crescimento restringe a margem de manobra do poder público no enfrentamento das restrições financeiras atuais e futuras.

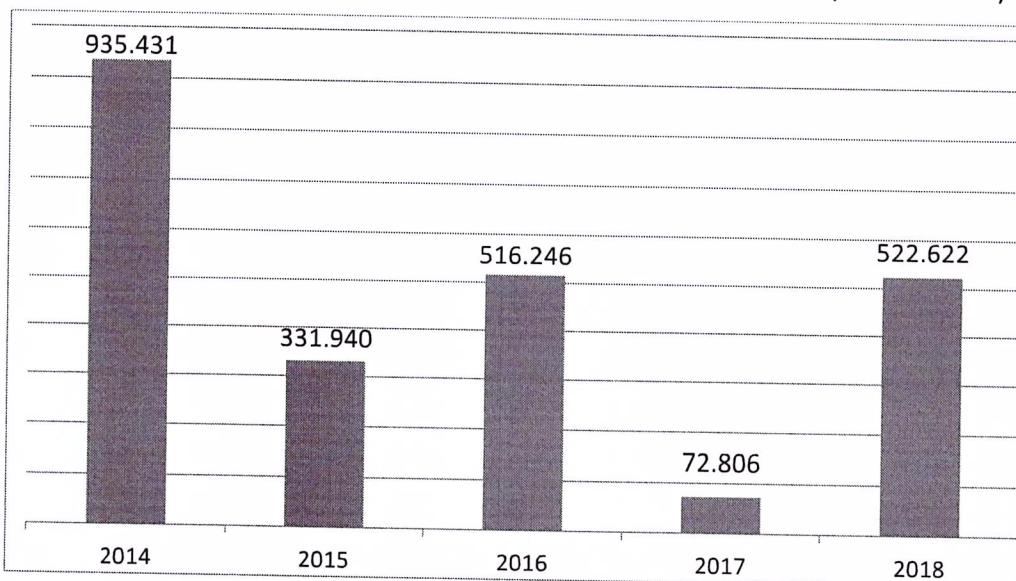
Gráfico 4 – Receita de arrecadação própria e Transferência da União (Valor em milhões)



Fonte: Com base na metodologia do MDF.

A evolução das receitas de arrecadação própria indica o grau de independência da receita estadual em relação às receitas de transferências governamentais, permitindo que o Estado viabilize sua sustentação fiscal e financeira com base nas receitas de sua competência, evitando que flutuações nos valores dos repasses governamentais comprometam seu equilíbrio. O Gráfico 4 demonstra que no período, o Estado não conseguiu reduzir sua dependência de Transferências da União.

Gráfico 5 – Disponibilidade de Caixa de recursos não vinculados (Valor em mil)



Fonte: Relatório de gestão Fiscal – RGF.

Conforme demonstrado no Gráfico 5, o Estado incorreu em disponibilidade líquida positiva de recursos não vinculados, em todos os exercícios, maiores que as obrigações financeiras.

*[Assinatura]*

### **SEÇÃO III - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS**

---

O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentabilidade fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1999 por meio do cumprimento das metas ou compromissos definidos na seção 4 deste documento.

O cumprimento das metas ou compromissos do Programa também visa manter ou melhorar a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União.



## **SEÇÃO IV - METAS E COMPROMISSOS**

---

As descrições das metas e aspectos específicos da metodologia de apuração e avaliação estão detalhadas no TET.

Seguem nesta seção do Programa as metas para o Estado da Paraíba.

### **META 1 - RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**

**RELAÇÃO Dc/RCL**

2019	2020	2021
51,11	49,04	49,31

A meta 1 do Programa, é não ultrapassar em 2019 a relação DC/RCL acima especificada.

A relação considera o estoque das dívidas suportadas pelo Estado e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução. A projeção acima considera ainda o espaço fiscal previsto no TET.

### **META 2 - RESULTADO PRIMÁRIO**

**RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES**

2019	2020	2021
183	172	134

A meta 2 do Programa é superar o resultado primário previsto para o exercício de 2019, conforme acima especificado.

### **META 3 - DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**

A meta 3 do Programa consiste em não ultrapassar em 2019 o limite definido no Artigo 19 inciso II da LRF.

## **META 4 - RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

### **RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES**

2019	2020	2021
6.961	7.347	7.717

A meta 4 do Programa é superar em 2019 o montante de receitas de arrecadação própria indicado acima.

## **META 5 - GESTÃO PÚBLICA**

A meta 5 do Programa é alcançar em 2019 os seguintes compromissos:

- a) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso de acordo com o §1º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015;
- b) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e
- c) O Estado deverá rever as classificações orçamentárias e fiscais de suas empresas estatais em dependentes e não dependentes de forma a convergir para as regras previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado nº 43, de 2001.

## **META 6 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

A meta 6 do Programa consiste em alcançar em 2019 disponibilidade de caixa de recursos não-vinculados do poder executivo maior ou igual às obrigações financeiras não-vinculadas.

## **SEÇÃO V - SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS**

---

Durante a vigência do Contrato, o Programa será revisto a cada exercício devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.

O Estado em conjunto com a STN estabelecerá metas e compromissos para o exercício de referência e estimativas para os dois exercícios financeiros subsequentes.

A avaliação preliminar do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente até 31 de julho, conforme Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, Portaria STN nº 690, de 11 de agosto de 2017 e TET.

O Estado poderá encaminhar pleito de revisão da avaliação preliminar nos termos da Portaria MF nº 265, de 10 de maio de 2018.

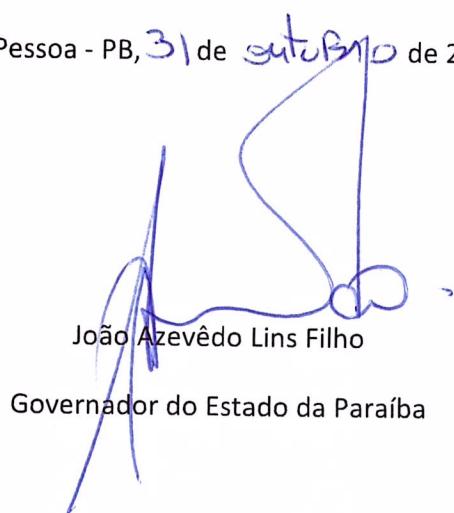
O Estado entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento da totalidade das metas ou compromissos, implicando penalidade nos termos da alínea a do inciso IV do art. 5º-A da Lei Complementar nº 148, de 2014, e no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001.

O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.



Este é o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal que o Governador do Estado da Paraíba subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97 e suas alterações. O comprometimento com as metas ou compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

João Pessoa - PB, 31 de setembro de 2019.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "João Azevêdo Lins Filho". Below the signature, the text "Governador do Estado da Paraíba" is printed in black.

João Azevêdo Lins Filho  
Governador do Estado da Paraíba

## PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

Anexo I - Demonstrativo da Dívida Consolidada (II RGF)

2018: realizado; 2019 a 2021: projetado

Saldo em 31/12 de cada exercício

Paraíba

	R\$1	2019	2020	2021
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>5.099.077.759</b>	<b>5.134.682.761</b>	<b>5.404.944.846</b>	
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	2.733.990.106	2.631.340.725	2.738.435.709	
Empréstimos	1.300.862.730	1.371.458.022	1.448.336.835	
Internos	964.996.896	998.340.066	1.062.966.757	
Externos	335.865.834	373.117.956	385.370.078	
Reestruturação da Dívida de Estados e Município:	990.317.002	807.525.065	823.675.566	
Financiamentos	442.810.375	452.357.638	466.423.308	
Internos	442.810.375	452.357.638	466.423.308	
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0	0	0	
De Tributos	0	0	0	
De Contribuições Previdenciárias	0	0	0	
De Demais Contribuições Sociais	0	0	0	
Do FGTS	0	0	0	
Com Instituição Não Financeira	0	0	0	
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não	2.365.087.653	2.503.342.036	2.666.509.138	
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	1.864.853.080	1.888.818.838	1.928.186.429	
Disponibilidade de Caixa	1.612.860.980	1.627.377.033	1.656.940.557	
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.727.077.516	1.754.342.922	1.782.630.782	
(-) Restos a Pagar Processados	114.216.536	126.965.889	125.690.225	
Demais Haveres Financeiros	251.992.100	261.441.804	271.245.872	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.234.224.679	3.245.863.923	3.476.758.418	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.977.277.848	10.470.963.475	10.962.176.900	
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	51,11	49,04	49,31	

30/10/2019 09:45

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL**  
**Anexo II - Demonstrativo de Resultados Fiscais - Cenário Base Anual**  
**Paraíba**

	2019	2020	R\$ Milhões 2021
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>11.971</b>	<b>12.599</b>	<b>13.232</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.170	6.513	6.843
ICMS	5.013	5.281	5.528
IPVA	323	344	368
ITCD	31	33	35
IRRF	465	495	527
Outros impostos, taxas e contribuições de melhoria	338	360	385
<b>Contribuições</b>	<b>303</b>	<b>323</b>	<b>345</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>179</b>	<b>192</b>	<b>206</b>
Aplicações Financeiras (II)	152	161	171
Outras Receitas Patrimoniais	27	31	35
<b>Transferências Correntes</b>	<b>4.983</b>	<b>5.215</b>	<b>5.459</b>
Cota-Parte do FPE	3.580	3.739	3.905
Cota-Parte do IPI-Exp.	4	5	5
Royalties e Participações Especiais	20	21	23
FUNDEB	1.010	1.059	1.112
Outras Transferências Correntes	369	391	414
<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>336</b>	<b>357</b>	<b>379</b>
Outras Receitas Financeiras (III)	0	0	0
Receitas Correntes Restantes	336	357	379
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)</b>	<b>11.819</b>	<b>12.438</b>	<b>13.062</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>	<b>380</b>	<b>460</b>	<b>588</b>
<b>Operações de Crédito (VI)</b>	<b>107</b>	<b>267</b>	<b>373</b>
<b>Amortização de Empréstimos (VII)</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>Alienação de Bens</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes (VIII)	0	0	0
Outras Alienações de Bens	2	2	2
<b>Transferências de Capital</b>	<b>154</b>	<b>159</b>	<b>168</b>
Convênios	139	144	152
Outras Transferências de Capital	15	16	16
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>111</b>	<b>25</b>	<b>39</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)</b>	<b>267</b>	<b>187</b>	<b>209</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (X) = (IV + IX)</b>	<b>12.086</b>	<b>12.624</b>	<b>13.271</b>
<b>RECEITA TOTAL (XI) = (I + V)</b>	<b>12.350</b>	<b>13.059</b>	<b>13.820</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (XII)</b>	<b>11.530</b>	<b>12.072</b>	<b>12.576</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>6.574</b>	<b>6.785</b>	<b>7.008</b>
Ativo	4.245	4.383	4.518
Inativos e Pensionistas	2.276	2.344	2.426
Outras Despesas com Pessoal	54	58	63
<b>Juros e Encargos da Dívida (XIII)</b>	<b>177</b>	<b>278</b>	<b>214</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>4.778</b>	<b>5.009</b>	<b>5.354</b>
Transferências Constitucionais e Legais	1.655	1.768	1.886
Demais Despesas Correntes	3.123	3.241	3.468
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)</b>	<b>11.353</b>	<b>11.795</b>	<b>12.362</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XV)</b>	<b>846</b>	<b>1.084</b>	<b>1.145</b>
<b>Investimentos</b>	<b>527</b>	<b>622</b>	<b>728</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>59</b>	<b>77</b>	<b>99</b>
Concessão de Empréstimos (XVI)	37	41	52
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVII)	0	0	0
Aquisição de Título de Crédito (XVIII)	0	0	0
Demais Inversões Financeiras	22	36	46
<b>Amortização da Dívida (XIX)</b>	<b>259</b>	<b>384</b>	<b>318</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XX) = (XV - XVI - XVII - XVIII - XIX)</b>	<b>550</b>	<b>658</b>	<b>775</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXII) = (XIV + XX + XXI)</b>	<b>11.903</b>	<b>12.452</b>	<b>13.136</b>
<b>DESPESA TOTAL (XXIII) = (XII + XV + XXI)</b>	<b>12.376</b>	<b>13.156</b>	<b>13.721</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XXIV) = (X - XXII)</b>	<b>183</b>	<b>172</b>	<b>134</b>
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	177	278	214
Amortização da Dívida (XIX)	259	384	318
Concessão de Empréstimos (XVI)	37	41	52
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVII)	0	0	0
Aquisição de Título de Crédito (XVIII)	0	0	0
<b>NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA (XXV) = (XXIV - XII - XIX - XVI - XVII - XVIII)</b>	<b>-290</b>	<b>-532</b>	<b>-451</b>
Aplicações Financeiras (II)	152	161	171
Outras Receitas Financeiras (III)	0	0	0
Amortização de Empréstimos (VII)	6	6	6
<b>NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA (XXVI) = (XXV + II + III + VII)</b>	<b>-133</b>	<b>-364</b>	<b>-274</b>
<b>Operações de Crédito (VI)</b>	<b>107</b>	<b>267</b>	<b>373</b>
Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes (VIII)	0	0	0
<b>FONTES DE FINANCIAMENTO (XXVII) = (VI + VIII)</b>	<b>107</b>	<b>267</b>	<b>373</b>
Outros fluxos de caixa (XXVIII)	0	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA (XXIX) = (XXVII + XXVI + XXVIII)</b>	<b>-26</b>	<b>-97</b>	<b>99</b>
Juros e encargos ativos (XXX)	120	124	129
Juros e encargos passivos apropriados por competência (XXXI)	164	175	188
<b>RESULTADO NOMINAL (XXXII) = (XXIV + XXX - XXXI)</b>	<b>139</b>	<b>121</b>	<b>75</b>

Receitas=(Receitas Brutas Realizadas - Transferências Constitucionais - FUNDEB - Outras Deduções da Receita  
Despesas=(Despesas Pagas + Restos a Pagar Não Processados Pagos + Restos a Pagar Processados Pagos)

29/10/2019 10:19

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL**

Anexo III - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

2018: realizado; 2019 a 2021: projetado (Saldo em 31/12 de cada exercício)

Paraíba	Recursos Vinculados	2019	2020	2021	R\$ Milhões
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>					
Pessoal Ativo		<b>7.064</b>	<b>7.275</b>	<b>7.504</b>	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		4.735	4.875	5.019	
Obrigações Patronais		4.112	4.236	4.354	
Benefícios Previdenciários		622	639	665	
Pessoal Inativo e Pensionistas					
Aposentadorias, Reservas e Reformas		2.276	2.344	2.426	
Pensões		1.736	1.788	1.851	
Outros Benefícios Previdenciários		539	555	575	
Demais despesas com pessoal e encargos		1	1	1	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º c)		53	55	58	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>		0	0	0	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		855	890	925	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		3	3	3	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		1	1	1	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		49	51	53	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>		802	834	868	
<b>Apuração do Cumprimento do Limite Legal</b>					
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)</b>		<b>9.977</b>	<b>10.471</b>	<b>10.962</b>	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais (		-	-	-	
= RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (V)		<b>9.977</b>	<b>10.471</b>	<b>10.962</b>	
<b>RELAÇÃO DESPESAS COM PESSOAL / RCL AJUSTADA (VI) = (III) / (V)</b>		62,23	60,98	60,01	

X  
 (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais ( )  
 = RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (V)  
 RELAÇÃO DESPESAS COM PESSOAL / RCL AJUSTADA (VI) = (III) / (V)

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL**

Anexo IV - Demonstrativo das Receitas de Arrecadação Própria

2018: realizado; 2019 a 2021: projetado

Paraíba

		2019	2020	2021	R\$ Milhões
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>13.795</b>	<b>14.513</b>	<b>15.235</b>	
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>7.098</b>	<b>7.491</b>	<b>7.869</b>	
ICMS		5.898	6.213	6.503	
IPVA		359	382	409	
ITCD		39	41	44	
IRRF (II)		465	495	527	
Outros impostos, taxas e contribuições de melhoria		338	360	385	
<b>Contribuições</b>		<b>303</b>	<b>323</b>	<b>345</b>	
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>179</b>	<b>192</b>	<b>206</b>	
Aplicações Financeiras (III)		152	161	171	
Demais Receitas Patrimoniais		27	31	35	
<b>Receita Agropecuária</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>Receita Industrial</b>		<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	
<b>Receita de Serviços</b>		<b>83</b>	<b>89</b>	<b>94</b>	
<b>Transferências Correntes (IV)</b>		<b>5.879</b>	<b>6.150</b>	<b>6.436</b>	
Cota-Parte do FPE		4.474	4.674	4.882	
Transferências da LC 87/1996 (Lei Kandir)		0	0	0	
Transferências da LC 61/1989 (IPI Exportação)		5	5	6	
Transferências do FUNDEB		1.010	1.059	1.112	
Outras Transferências Correntes		389	412	436	
<b>Outras Receitas Correntes</b>		<b>249</b>	<b>264</b>	<b>281</b>	
<b>DEDUÇÕES (V)</b>		<b>3.818</b>	<b>4.042</b>	<b>4.273</b>	
<b>Transferências Constitucionais e Legais</b>		<b>1.655</b>	<b>1.768</b>	<b>1.886</b>	
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (VI)		303	322	345	
Compensação Financ. entre Regimes Previdênciac (VII)		36	37	39	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB		1.824	1.914	2.003	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (VIII) = (I - V)</b>		<b>9.977</b>	<b>10.471</b>	<b>10.962</b>	
<b>RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (IX) = (I) - (II) - (III) - (IV) - (VI) - (VII)</b>		<b>6.961</b>	<b>7.347</b>	<b>7.717</b>	

Receitas=(Receitas Brutas Realizadas - Transferências Constitucionais - Outras Deduções da Receita)

Transferências Constitucionais e Legais(Empenhados)

FUNDEB (Empenhados)

Na Linha de Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência também estão inclusas as Contrib. dos Militares para o Custeio das Pensões.

29/10/2019 10:20 

## PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

Anexo VI - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar (V RGF) - Poder Executivo  
 2018: realizado; 2019 a 2021: projetado (Saldo em 31/12 de cada exercício)

Paraíba

	R\$1	2019	2020	2021
<b>Recursos Vinculados</b>				
<b>Disponibilidade de Caixa Bruta (I)</b>		<b>928.900.008</b>	<b>969.989.547</b>	<b>1.009.204.393</b>
<b>Obrigações Financeiras (II) = (III) + (IV) + (V)</b>		<b>326.750.481</b>	<b>339.003.624</b>	<b>351.716.260</b>
<b>Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (III)</b>		<b>182.520.591</b>	<b>189.365.113</b>	<b>196.466.305</b>
De Exercícios Anteriores		80.473.188	83.490.932	86.621.842
Do Exercício		102.047.403	105.874.181	109.844.463
<b>Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (IV)</b>		<b>76.541.867</b>	<b>79.412.187</b>	<b>82.390.144</b>
<b>Demais Obrigações Financeiras (V)</b>		<b>67.688.024</b>	<b>70.226.324</b>	<b>72.859.812</b>
<b>Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (VI)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (VII) = (I) - (II) - (VI)</b>		<b>602.149.527</b>	<b>630.985.923</b>	<b>657.488.133</b>
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício		129.383.507	134.235.388	139.269.215
Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por insuficiência financeira)		0	0	0
<b>Recursos Não Vinculados</b>		<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Disponibilidade de Caixa Bruta (VIII)</b>		<b>727.077.516</b>	<b>754.342.923</b>	<b>782.630.782</b>
Recursos Ordinários		727.077.516	754.342.923	782.630.782
Outros Recursos não Vinculados		0	0	0
<b>Obrigações Financeiras (IX) = (X) + (XI) + (XII)</b>		<b>325.384.510</b>	<b>337.590.128</b>	<b>350.253.604</b>
<b>Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (X)</b>		<b>30.981.741</b>	<b>32.143.557</b>	<b>33.348.940</b>
De Exercícios Anteriores		7.875.005	8.170.317	8.476.704
Do Exercício		23.106.737	23.973.239	24.872.236
<b>Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (XI)</b>		<b>1.479.416</b>	<b>1.538.593</b>	<b>1.600.137</b>
<b>Demais Obrigações Financeiras (XII)</b>		<b>292.923.352</b>	<b>303.907.978</b>	<b>315.304.527</b>
<b>Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (XIII)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (XIV) = (VIII) - (IX) - (XII)</b>		<b>401.693.006</b>	<b>416.752.795</b>	<b>432.377.178</b>
Recursos Ordinários		390.909.620	405.568.730	420.777.558
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício		783.386	812.763	843.242
Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por insuficiência financeira)		0	0	0
				30/10/2019 09:40